



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004398-36.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos**
 Requerente: **OSVALDO MARCO LOURENÇO**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Vistos.

OSVALDO MARCO LOURENÇO, ajuizou ação contra **BANCO ITAÚ S.A.**, alegando em suma que o réu há tempos realiza descontos decorrentes de empréstimos efetivados em sua conta, os quais não reconhece. Assim requer a concessão de liminar para que cessem os descontos em sua conta, bem como a procedência da ação declarando inexistente dos débitos com a consequente restituição em dobro das parcelas pagas indevidamente acrescidas de juros e correção monetária, e por fim requer a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Deferiu-se a antecipação de tutela.

Citado, o réu contestou, alegando que os empréstimos foram contratados pela pessoa do autor inexistindo falha na prestação. Portanto, requer a improcedência da demanda.

Novos documentos foram juntados.

Intimou-se o requerido para a apresentação de documentos específicos, os quais não foram juntados.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Instaurou-se ação declaratória de inexistência de débito em desfavor do requerido, tendo como base contratos de empréstimos supostamente firmados pelo requerente.

O autor nega o vínculo.

A ação se presta a desvendar a natureza da relação jurídica acaso estabelecida, se houve um negócio jurídico justificador de uma dívida, a qual pode inclusive ser cobrada pelo processo de conhecimento, se for o caso.

Por tratar-se de uma relação de consumo, ao réu cabe a produção de provas em decorrência da inversão do ônus probante estabelecido no CDC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

" Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;"

Intimado a juntar os contratos, omitiu-se o banco-réu limitando-se a declarar que não os localizou em sua base dados. Tal alegação permite ao juízo a presunção de inexistência do vínculo contratual alegado.

Portanto é plausível acolher o pleito e declarar inexistentes os débitos apontados, pois indemonstrados.

Oportuno citar recente precedente:

DECLARATÓRIA Inexistência da relação jurídica entre as partes e inexigibilidade do débito oriundo de contrato de cartão de crédito Contrato não reconhecido Não comprovação da sua contratação junto à instituição financeira Ausência de juntada do contrato, bem como da documentação apresentada à época da contratação – Ônus da prova competia ao banco-apelado, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor - Responsabilidade do banco-apelado, que exerce atividade lucrativa e assume os riscos pelos danos provocados por esta atividade Inexigibilidade do débito reconhecida Negativação indevida do nome da autora - DANO MORAL Caracterizada a responsabilidade do requerido pelos danos morais - Existência de outras pendências financeiras preexistentes a dívida em questão que impedem a condenação em danos morais - Súmula 385 do STJ Dano Moral afastado Prequestionamento acolhido - Sentença mantida - Recursos não providos (TJSP, APEL.Nº: 1000635-70.2014.8.26.0196, Rel. Des. Heraldo de Oliveira, j. 12.01.2015).

Os valores indevidamente debitados devem ser restituídos para o autor, com correção monetária e juros moratórios.

Reconhece-se também o indevido constrangimento causado pelo réu, em desfavor do autor, atingindo seu patrimônio e exigindo o recurso à via judicial para correção do erro.

Conforme ponderou o Des. Heraldo de Oliveira, no julgamento do Recurso de Apelação TJSP 4000341-32.2012.8.26.0100, em 01/12/2014, há de se considerar que o autor sofreu saques indevidos em sua conta corrente e ainda não foi ressarcido, caracterizando o prejuízo material e o abalo moral pleiteado. Assim sendo, fica caracterizada a má prestação de serviço, tendo o réu agido por negligência na realização das operações contestadas pelo autor, devendo ser indenizado pelos danos morais sofridos, que arbitro em R\$ 5.000,00, que se mostra compatível e proporcional ao dano sofrido e a condição econômica das partes. Assim também no precedente. Atenta-se, sobretudo, para o pequeno valor dos débitos, de modo que indenização por valor superior produziria enriquecimento ilícito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, **acolho os pedidos**, declaro inexistência relação jurídica de débito do autor, **OSVALDO MARCO LOURENÇO**, relativamente aos lançamentos contestados do empréstimo consignado perante o réu **ITAÚ UNIBANCO S. A.**, atribuindo a este a obrigação de restituir os respectivos valores, com correção monetária desde cada débito e juros moratórios à taxa legal, desde a época da citação inicial, além de indenizar o dano moral lamentado, mediante o pagamento do valor de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, também desde a época da citação inicial.

Responderá o réu pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor pecuniário da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 14 de outubro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**